

Brasília ficará sem água se empréstimo não sair

Roosevelt Pinheiro

A água poderá ser novamente racionada em Brasília, no período seco do ano (julho a novembro), a exemplo do ocorrido no ano passado, previu ontem, o diretor de Operações da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), Antônio de Pádua. Ele vê como essencial para assegurar o abastecimento de água na cidade a duplicação do sistema de captação do rio Descoberto. A obra aumentará o fluxo da barragem, de 2.300 litros por segundo para 5 mil litros, com a construção de outra adutora.

O temor do diretor da Caesb se refere aos prejuízos que esta e outras obras de captação de água e de saneamento básico da cidade sofrerão, caso o empréstimo de US\$ 200 milhões (Cz\$ 30,24 bilhões) contraído pela empresa com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid) não saia a tempo. O entrave para a liberação dos recursos, aprovados pelo Bid no final do ano passado, é a Portaria 14/69 do Banco Central, que proíbe a contratação de empréstimos por órgãos governamentais.

Despoluição

Além da duplicação da captação de água do rio Descoberto, a liberação ou não do empréstimo implicará no prosseguimento da 2ª etapa de despoluição do Lago Paranoá (construção das redes interceptoras de esgotos do Lago Sul, Guará, Cruzeiro e Sia; e o plano diretor de água e esgotos do Distrito Federal. Ele prevê a construção das estações de proteção ambiental do

rio Descoberto e o projeto da barragem do rio São Bartolomeu.

Pelo acordo assinado com o Bid, o estabelecimento de crédito financiaria a metade dos custos das obras, ou seja, US\$ 200 milhões, e a contrapartida seria feita pelo Governo brasileiro, através da Caixa Econômica Federal (CEF), Caesb e Governo do Distrito Federal. Na opinião do diretor de Operações da Caesb, Antônio de Pádua, «estas obras são fundamentais para garantir o abastecimento de água de Brasília e os instrumentos de saneamento básico». Ele assegurou que com a duplicação do sistema Descoberto, o abastecimento ficará garantido pelos próximos cinco anos.

Meio ambiente

De acordo com Antônio de Pádua, a construção das estações de proteção ambiental vai disciplinar o uso do solo na bacia do rio Descoberto, orientar e fiscalizar a aplicação de produtos agrotóxicos nas hortas e plantações, visando preservar o meio ambiente.

Ele garantiu, no entanto, que os níveis de pesticidas e inseticidas detectados nas águas da represa não afetam a saúde pública, mas que o controle será necessário para assegurar a qualidade da água no futuro.

«Se as obras tiverem atraso, com o atual crescimento da população, entre 1990 e 91 teremos um colapso total no abastecimento de água em Brasília», concluiu Antônio de Pádua.

Mais agrotóxico no Descoberto

Dezenas de propriedades do núcleo rural de Alexandre Gusmão continuam a usar quantidades excessivas de agrotóxicos e de material orgânico, que são despejados nas águas da bacia do rio Descoberto, responsável por mais de 50% do abastecimento do DF. Dois técnicos da Secretaria do Meio Ambiente e de Tecnologia — Sematec — estiveram ontem, na região e constataram que as propriedades vêm sofrendo um desmatamento contínuo e acelerado, principalmente às margens da bacia, e encontraram vestígios claros de agrotóxicos em culturas cítricas e de hortifrutigranjeiros.

A assessora da área de Ecossistemas da Sematec, Luizalice Barbosa Guimarães, pôde constatar, em uma propriedade do núcleo 3, marcas, ainda recentes de tratores. Nessa propriedade existe apenas a cultura de manga, que ocupa, segundo a avaliação da assessora, uma extensão de aproximadamente 50 hectares. «Os proprietários se preocupam em caracterizar a ocupação do solo, mas não têm qualquer informação a respeito da aplicação de agrotóxicos, além de ignorarem os prejuízos que o desmatamento trás para o solo», disse Luizalice Guimarães.

Irregularidades

Ela constatou inúmeras irregularidades na utilização do solo nessas propriedades, bastante

atingidas por sulcos causadores de erosões. A assessora disse que as condições de cultivo nessa e em outras propriedades adjacentes «são totalmente desfavoráveis à bacia do rio Descoberto», e garante que boa parte dos resíduos de agrotóxicos que passam pela barragem do Descoberto não é identificada pelas análises da Caesb.

Roberto Rodrigues Suarez, dirigente da área de Controle de Poluição da Sematec, explicou que grande parte dos proprietários das quase 1.000 chácaras e sítios do núcleo rural Alexandre Gusmão, «sequer sabe que tipo de agrotóxico está comprando».

Ele disse que esses proprietários vão ao primeiro estabelecimento que encontram em Santo Antônio do Descoberto, ou mesmo em Taguatinga ou Ceilândia, e adquirem, sem o receituário da Emater ou de um técnico do Ministério da Agricultura, o primeiro agrotóxico que encontram nas prateleiras.

Roberto Suarez não vê outra saída contra a poluição do rio Descoberto senão o estabelecimento de convênios entre a Secretaria Especial do Meio Ambiente, a Fundação Zoobotânica, a Caesb e a própria Sematec, como forma de disciplinar o uso do solo nas propriedades do núcleo rural de Alexandre Gusmão.



A Barragem do Descoberto, principal abastecedora do DF, está sendo poluída por agricultores

Seis zonas protegem meioambiente

No último dia 27 a Sema baixou a Instrução Normativa nº 001/88 regularizando a Área de Proteção Ambiental — APA — da bacia do rio Descoberto, instituída em 1983. Depois de 5 anos, através dessa instrução, normativa, foram estabelecidas seis zonas de proteção ambiental para o Descoberto. A primeira, classificada de Zona de Vida Silvestre, compreende a área «onde a proteção» é essencial para a sobrevivência da fauna e flora regionais.

A segunda, chamada de Zona de Contenção Rural, corresponde à área onde o uso do solo deve ser preferencialmente agrícola, com emprego controlado de fertilizantes e agrotóxicos, sendo proibida a implantação de novos loteamentos para chácaras de recreio. A terceira, Zona de Preservação e Recuperação, tem por objetivo estancar o processo de degradação dos recursos hídricos e da cobertura vegetal, através da reversão e recuperação das áreas atingidas. As

áreas marginais à superfície do lago Descoberto devem ficar a uma distância mínima de 125 metros do lago e a 50 metros dos tributários.

A quarta zona, de Controle Específico, é composta de áreas destinadas a reflorestamento, a quinta, Zona de Ocupação Programada, destina-se à ocupação do solo por atividades agropecuárias compatíveis com a região, e a sexta zona, de Contenção de Área Urbana, objetiva disciplinar a área urbanizada de Brasília.

Convênios podem ser a solução

A engenheira da Divisão de Manejos de Bacias Hidrográficas da Caesb, Neiva Maria Azzalan Pires, acredita que a falta de fiscalização e proteção do Descoberto pode ser sanada, ainda este ano, se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) firmar convênios com a Fundação Zoobotânica, Caesb e a Secretaria do Meio Ambiente e Tecnologia (Sematec). Ela explicou que as instruções normativas baixadas pela Sema no último dia 27 de abril regularizam a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Descoberto e abrem caminho para a assinatura de convênios.

A engenheira frisou que as áreas de proteção ambiental, em todo o País, são supervisionadas pela Sema e que, dessa forma, a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto não escapa de um primeiro posicionamento do órgão frente ao GDF. Assim como o secretário de Agricultura, Leone Texeira, que na segunda-feira, reconheceu que o GDF não tem como fiscalizar a invasão crescente de proprietários rurais no núcleo rural de Alexandre Gusmão, a engenheira disse que «é praticamente impos-

sível à Caesb e a outros órgãos do Governo, manter uma fiscalização eficaz em toda a bacia.

Proteção

Apesar do estado de abandono em que se encontra a bacia do Descoberto, quanto à preservação e proteção dos recursos hídricos e do solo, a Caesb desenvolveu, junto à Fundação Zoobotânica, Emater, Terracap, Incra e Emater, um projeto permanente de proteção da bacia. Em função de vários fatores, como a mudança do Governo Federal em 1985, a crise econômica e as alterações de cargos na Caesb, o projeto não foi em frente.

O projeto foi iniciado em 1970, através do Plano Diretor de Esgotos e Controle de Poluição do DF, e visou três componentes: a qualidade e quantidade de água do DF em 1970, as características do solo e os instrumentos jurídicos e institucionais necessários para a preservação da bacia do Descoberto.

A engenheira explicou que em 1970 a barragem de Santa Maria já estava em funcionamento, mas em função das projeções de demanda da população para os

anos seguintes, a Caesb já se preparava para aproveitar o potencial hídrico da bacia do Descoberto. A barragem do Descoberto, então, passou a ser utilizada pelo órgão em setembro de 1977, período que começou o seu enchimento, e entrou em operação entre 1978 e 1979.

Projeto

O projeto levou em conta a proteção da bacia em toda a sua amplitude. Quanto ao uso do solo, a Caesb determinou o potencial agrícola da região, o potencial de erosão e o potencial hídrico, que não está desvinculado das qualidades inerentes às culturas desenvolvidas e à preservação do solo. Mas, em função dos descertos da política econômica e das mudanças de governos, a nível federal e local, a Caesb passou a esperar por alguma medida prática que pudessem colocar o projeto em execução. Para a engenheira, a instrução normativa da Sema, que regulariza a APA da bacia do Descoberto, pode, de agora em diante, disciplinar o uso do solo na bacia, assim como livrar as águas do Descoberto dos agrotóxicos.